

A reação vem às pressas

Karina Falcone

Da equipe do Correio

Sete dias no governo e Joaquim Roriz provocou a reação de uma das categorias mais fortes do Distrito Federal. A exoneração dos assistentes pedagógicos, secretários, auxiliares administrativos e chefes de secretarias das 538 escolas públicas fez com que a diretoria do Sindicato dos Professores (Sinpro) marcasse, para hoje, reunião de avaliação do decreto do governador. Em Samambaia, funcionários da Fundação de Ensino passaram a manhã de ontem discutindo como vão reverter a mudança das equipes de direção das escolas.

Os professores se preparam para uma briga. Para eles, a exoneração não significa apenas troca de cargos. Mas o primeiro passo de Roriz para acabar com a Lei 957, que regulamenta a gestão democrática. A lei foi aprovada na gestão do governador Cristovam Buarque (PT) e garante eleições diretas para os diretores e vice-diretores. "Roriz sempre foi contra a democratização das escolas públicas. E fará o que for preciso para destruí-la", prevê Rejane Pitanga, diretora do Sinpro. Na reunião de hoje, os professores vão definir como a categoria fará o primeiro movimento de oposição a Roriz. Briga de governo com os professores pode significar grande desgaste político. O ex-governador Cristovam Buarque teve que arcar com os prejuízos de uma greve nas escolas públicas, ano passado, que durou 69 dias.

O Sinpro ensaia uma reação conjunta, mas alguns grupos de professores já têm suas próprias estratégias montadas e garantem que o governador Joaquim Roriz não vai conseguir mudar o projeto de escola pública que vem sendo desenvolvido no DF desde 1995.

Cerca de 40 funcionários da Fundação Educacional (entre eles diretores, professores e secretários) de Samambaia decidiram em uma reunião, ontem, que até a próxima segunda-feira todos os diretores da cidade deverão convocar os conselhos escolares para, em assembleia, referendar outra vez os nomes dos secretários e assistentes pedagógicos exonerados dos seus cargos.

Essas funções são exercidas por pessoas que ocupam os cargos comissionados e precisam da aprovação dos conselhos para a nomeação. Convocando os conselhos escolares, os diretores vão pressionar politicamente o governador para tentar manter as suas equipes. Legalmente, entretanto, só podem fazer parte da direção os nomeados para os cargos comissionados.

Secretários e assistentes são trabalhos de confiança da diretoria dos colégios. Para o Sinpro, alterar essas equipes, sem consultar diretores e vice-diretores, significa uma tentativa de intervenção, por parte do governador, nas escolas públicas.

"A gestão democrática foi uma conquista da comunidade escolar. Não vamos admitir que, por causa da mudança de governo, isso seja jogado fora", avisa o diretor do Centro de Ensino 619, Francisco José da Silva.

A reunião do Conselho Escolar do Centro de Ensino 619 será no sábado. Segundo Francisco, todos os funcionários exonerados pelo governador Joaquim Roriz serão referendados, novamente, pelo Conselho. "E se outras pessoas forem nomeadas para o cargo, não vamos aceitar", diz o diretor.

A primeira lista de exonerações, publicada no Diário Oficial de segunda-feira, atingia também os diretores e vice-diretores das escolas. Entretanto, o governo teve que reconsiderá-la e republicar o decreto sem os nomes da direção. É que a lei da gestão democrática das escolas protege da exoneração os funcionários eleitos diretamente. Restaram os outros quase 1.500 que já perderam os cargos.